5 Conclusão

É possível distinguir ética e moral na *Ethica Nicomachea* de Aristóteles? Esta é a pergunta a que se propõe este trabalho de pesquisa. Questão que parece ir ao encontro do debate contemporâneo que, embora não particularizado em Aristóteles, busca discutir os benefícios e os malefícios de se ter tratamentos diferentes para o que seja moral e o que seja ético.

Na primeira parte deste trabalho vimos que para Aristóteles a ética singulariza o ser humano. Para ele não deve haver discurso distanciado da realidade prática, se isto acontecer o homem já terá rompido o primeiro princípio ético que lhe foi naturalmente concedido. Neste sentido, Aristóteles valoriza a sabedoria prática (*phronesis*) e busca, no seu tratado ético, aprofundar o entendimento da ação. Verifica que frente às circunstâncias, o homem é capaz de ponderar os elementos que antecedem a ação, de modo a ser possível rever os princípios da próxima ação (disposição ética). Ou seja, o homem possui em sua estrutura interna singularidades que geram um movimento variável conforme as circunstâncias, segundo causas mutáveis. Aproximando ética e *physis*, verificamos que o homem está naturalmente apto à virtude, mas precisará de um ambiente propício para desenvolvê-la. Este ambiente é a *polis*. Somente na *polis* será possível desenvolver a sabedoria prática, em vista da virtude e da felicidade. Entretanto, para isso, a *polis* deve ser regida por leis que disciplinem e eduquem o conjunto de cidadãos nesta direção. O grande problema, porém, é que, levando-se em conta a singularidade do homem e a generalidade irreversível das leis, sempre haverá algum momento em que injustiças éticas ocorrerão. Todavia Aristóteles reforça que os casos singulares acontecem não por problemas nas leis – fundamentais na *polis* – mas porque as circunstâncias mudam. O mecanismo corretivo nestes casos sugerido por Aristóteles é a equidade – instrumento da política capaz de identificar e corrigir as injustiças que a legislação não havia previsto.

Na segunda parte do trabalho exploramos os principais conceitos que norteiam a ética aristotélica e, em seguida, procuramos comparar este contexto com os períodos históricos posteriores. Vimos que, quando o termo latino moral surge, os pilares que mantêm o pensamento ético já são outros. Muito embora as duas expressões sejam cunhadas em períodos diferentes, conceitualmente têm aparentemente o mesmo significado – hábito, costumes. De onde se conclui que só se pode entender a filosofia ética de Aristóteles reconstituindo-se fidedignamente o contexto em que foi concebida. Verificamos que as grandes dificuldades que surgem para assegurar a permanência da ética aristotélica, nos períodos posteriores, dizem respeito principalmente a impossibilidade das leis gerais darem conta das circunstâncias mutáveis e das singularidades humanas, além da dificuldade de implementação, no seio da política, de um instrumento que garanta a equidade nos casos em que a lei não se aplica.

Na terceira parte, para efeito de análise, dividimos a ética aristotélica em duas. Denominamos “Ética 1” o processo de práticas virtuosas resultantes do hábito, em consonância às leis e à educação, que contribui, pelo exercício da virtude, para a prosperidade da vida política. Definimos “Ética 2”, por sua vez, como sendo o processo de práticas virtuosas resultantes da escolha refletida, praticada de modo apropriado à situação, sendo o agente capaz de rever, se necessário, sua própria disposição, e/ou as leis, em benefício do encontro da justa medida, direcionada a si e à prosperidade da vida política. A partir da observação aos critérios da definição de virtude ética²³¹ de Aristóteles, foi possível testar as várias escolhas que poderiam ser feitas, em uma *polis*, pelos homens malvados e virtuosos caracterizados por Aristóteles - *akolastos*, *malakos*, *kakos*, *theriotes*, *akrates*, *sophron* e *phronimos*. A conclusão que se chega é que somente o *phronimos* pratica a “Ética 2” que seria a ética plena de Aristóteles, que atende a todos os critérios da virtude ética por ele propostos. Além do que, ao supormos uma *polis* regida apenas pela “Ética 1” – ou seja, suportada sobretudo pelas leis – concluímos que os homens ditos malvados por Aristóteles poderiam ser considerados virtuosos na medida estabelecida pela “Ética 1”.

Desta forma, acreditamos termos respondido a questão a que se propõe este trabalho de pesquisa: sim é possível distinguir “ética” e “moral” no tratado

²³¹ Aristóteles, *EN* II 1106 b 36 – 1107 a 2.

aristotélico, a partir do que denominamos respectivamente de “Ética 2” e “Ética 1”. O que também fica claro, com o fato de Aristóteles ter previsto o mecanismo da equidade, é que ele previa a complexidade de sua ética do ponto de vista de tornar-se útil do ponto de vista prático, como ele realmente queria ao elaborar o tratado.

Para Aristóteles é necessário existir tanto a “Ética 1” quanto a “Ética 2” na *polis*, assim como a inter-relação entre elas que, ao nosso modo ver, é desejavelmente obtida pelo mecanismo da equidade.

Para além de tomar qualquer partido entre separar ou unir os termos – moral e ética – esta pesquisa em Aristóteles quer levantar novos elementos para o debate. E, concordando de certa forma com Monique Canto-Sperber²³², há premência em reunir esforços para fundamentar a discussão, fortalecendo a filosofia ética/moral como importante área do conhecimento. Em meio às faltas e excessos que povoam o século XXI, o difícil encontro da justa medida aristotélica pode iluminar o caminho.

²³² No último capítulo do livro *A Inquietude Moral e a vida Humana*, Monique Canto-Sperber expõe a necessidade contemporânea de uma justificação existencial e moral para o bem na vida humana. Possivelmente ela se refira exatamente a estes duas práticas da virtude moral – *êthikê areté* - que sinalizamos neste trabalho.